



## QUILOMBOLAS E ÍNDIOS: O DESAFIO DA CIDADANIA DA CONTEMPORANEIDADE NO RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS<sup>1</sup>

*Renata Câmara Spinelli<sup>2</sup>*

*Janaína R.B. Bastos<sup>3</sup>*

*Daisy Fragoso<sup>4</sup>*

*Bruno Holanda<sup>5</sup>*

**Resumo:** Este artigo descreve uma pesquisa de campo de cunho exploratório realizada na Aldeia Krukutu (Parelheiros-SP), no Quilombo do Carmo (São Roque-SP) e no Quilombo do Campinho da Independência (Paraty-RJ). Buscou-se compreender se populações historicamente excluídas como negros e índios ainda se percebem como distantes do rol de cidadania. A partir de entrevistas aleatórias, agrupamos as falas em seis categorias em associação com a cidadania: 1) igualdade, 2) direitos, 3) territorialidade, 4) vínculos com a comunidade, 5) oposições e objeções à cidade e discriminações sofridas, 6) concepções de cidadão bom e mau. Concluímos que se perpetuam a desigualdade e a exclusão moral destas populações, que sofrem preconceitos e repetidamente são feridas em sua dignidade humana. Compreendemos que o respeito às suas culturas seria o primeiro passo para sua inserção à cidadania.

**Palavras-chave:** cidadania, índios, quilombolas, pesquisa etnográfica, análise textual-discursiva.

### MAROONS AND INDIANS: THE CHALLENGE OF CONTEMPORARY CITIZENSHIP IN RECOGNITION OF DIFFERENCES

**Abstract:** This article describes an exploratory field research conducted in Aldeia Krukutu (Parelheiros-SP), in the Quilombo do Carmo (São Roque-SP) and the Quilombo do Campinho da Independência (Paraty-RJ). We attempted to understand if populations historically excluded as blacks and Indians still perceive themselves as distant from the list of citizenship. Starting at random interviews, we grouped the statements in six categories in association with citizenship: 1) equality, 2) rights, 3) territoriality, 4) bonds with the community, 5) opposition and objections to the city and suffered discrimination, 6) good and bad citizen conceptions. We conclude that perpetuate inequality and moral exclusion of these populations, who suffer

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada e artigo elaborado a propósito da disciplina Metodologias Qualitativas, oferecida pela FEUSP e ministrada pela Profa. Dra. Jutta Gutberlet, University of Victoria - UVIC, Canadá, no primeiro semestre de 2013. Agradecemos a oportunidade de realizarmos nossa pesquisa nestas comunidades e que nosso artigo possa ecoar a voz das populações marginalizadas historicamente. Dedicamos nossa solidariedade aos índios Terenas em seu sofrimento no Mato Grosso do Sul em abril/2013.

<sup>2</sup> FEUSP, psicóloga e mestranda na linha de pesquisa Psicologia e Educação, especialista em Psicologia Clínica-Psicanálise, aperfeiçoamento e graduação em Psicologia pela PUC-SP. [renata-spinelli@usp.br](mailto:renata-spinelli@usp.br)

<sup>3</sup> FEUSP, pedagoga e mestranda em educação na linha de pesquisa Psicologia e Educação, especialista em Educação para as relações Étnico-raciais pela UFSCar. [jrb@usp.br](mailto:jrb@usp.br)

<sup>4</sup> ECA-USP, mestranda em Processos de Criação Musical e educadora musical também formada pela USP. [daisy.fragoso@usp.br](mailto:daisy.fragoso@usp.br)

<sup>5</sup> EEFE-USP, professor de Educação Física, especialista em Reabilitação Cardíaca e pesquisador do grupo de estudos em Psicossociologia do esporte. [holanda19@hotmail.com](mailto:holanda19@hotmail.com)



prejudice and repeatedly are injured in their human dignity. We understand that respect to their cultures would be the first step towards their integration to citizenship.

**Key-words:** citizenship, Indians, Maroons, ethnographic research, textual-discursive analysis.

### **MARRONAGES ET INDIENS: LE DÉFI DE LA CITOYENNETÉ CONTEMPORAIS EN RECONNAISSANCE DES DIFFÉRENCES**

**Résumé:** Cet article décrit une recherche du champ exploratoire réalisé dans Village Krukutu (Parelheiros-SP), Marronnage do Carmo (São Roque-SP) et le Marronnage de Campinho da Independência (Paraty-RJ). Nous avons essayé de comprendre si les populations historiquement exclus que les Noirs et les Indiens encore perçoivent eux-mêmes comme éloignée de la liste de la citoyenneté. De entrevues au hasard, nous avons regroupé les lignes dans six catégories en association avec la citoyenneté: 1) l'égalité, 2) l'homme, 3) la territorialité, 4) les liens avec la communauté, 5) l'opposition et les objections à la ville et victimes de discrimination, 6) bonnes et mauvaises conceptions de citoyens. Nous concluons que l'inégalité et l'exclusion perpétuent morale de ces populations, qui souffrent préjudice et à plusieurs reprises sont blessés dans leur dignité humaine. Nous comprenons que le respect de leurs cultures serait le premier pas vers leur intégration à la citoyenneté.

**Mots-clés:** citoyenneté, indiens, marronages, recherche ethnographique; analyse textuelle-discursive

### **QUILOMBOLAS E ÍNDIGENAS: EL DESAFÍO DE LA CIUDADANÍA DE LA CONTEMPORANEIDAD EN EL RECONOCIMIENTO DE LAS DIFERENCIAS**

**Resumen:** Este artículo describe una pesquisa de campo de caráter exploratório realizada em a Aldeia Krukutu (Parelheiros-SP), em o Quilombo do Carmo (São Roque-SP) e em o Quilombo do Campinho de a Independência (Paraty-RJ). Se buscou compreender se as populações historicamente excluídas como negros e índios ainda se percebem distantes do rol de cidadania. A partir de as entrevistas aleatorias, agrupamos as falas em seis categorias como a cidadania: 1) igualdade, 2) direitos, 3) territorialidade, 4) vínculos com a comunidade, 5) oposições e objeções a a cidade e preconceitos sofridos, 6) concepções do cidadão bom e mal. Concluímos que se perpetúan a desigualdade e a exclusão moral de estas populações, que sofrem preconceitos e repetidamente são feridas em sua dignidade humana. Comprendemos que o respeito a suas culturas seria o primeiro passo para sua inserção a a cidadania.

**Palabras-clave:** cidadania, índios, quilombolas, pesquisa etnográfica, análise textual-discursiva.

## **INTRODUÇÃO**

O conceito de cidadania tem sofrido diversas modificações ao longo da história, de acordo com Filho & Neto (2001), na antiguidade, a ideia de cidadania pautava-se no exercício da política, uma vez que apenas os habitantes da pólis grega, participantes da democracia eram considerados cidadãos. Na idade média, os direitos advindos da cidadania eram conferidos apenas ao clero e para a nobreza; já na idade moderna, profundamente influenciada pelo pensamento iluminista, o conceito de cidadania



refletia a existência de um universalismo humano, o qual se estenderia a todos os indivíduos que, por serem supostamente iguais, deveriam possuir direitos e deveres iguais (Filho & Neto, 2001). Porém, na contemporaneidade, o conceito de cidadania enfrenta um novo desafio: o de romper com os ideais universais, os quais na prática não incluíram a maior parte da população mundial e provaram a distância entre o conceito e a história, para, agora, voltar-se em prol do reconhecimento das inegáveis diferenças inerentes à própria condição humana, o que, por sua vez, implica na ação de reconhecer os grupos historicamente excluídos do rol da cidadania.

No intuito de valorizar, reconhecer e dar voz a esses grupos marginalizados ao longo do processo histórico de marginalização em função do padrão de humanidade eurocêntrico, procuramos verificar através de uma pesquisa qualitativa exploratória com quilombolas do Campinho da Independência (Paraty/RJ), do Quilombo do Carmo (São Roque/SP), e com índios guarani da aldeia Krukutu (São Paulo/SP) de que modo essas pessoas se compreendem como cidadãos, como entendem que são vistos quanto à cidadania e como percebem o distanciamento dispensado pela sociedade em relação aos seus grupos. A pesquisa teve como objetivos evidenciar a percepção que entrevistados destas comunidades possuem sobre o reconhecimento (ou não) oferecido pela sociedade e suas ideias de cidadania e associações que fazem ao termo. Entendemos que a relevância de tal pesquisa encontra-se em refletir sobre estas vozes que, a partir de um tema abrangente, expressam situações fundamentais vividas em sua comunidade, como nos esclarece abaixo um dos entrevistados:

Anteontem teve uma roda de cultura com a aldeia indígena, [...] e aí na conversa o índio veio em mim e ele me falou que [...] ele estava triste, e quando ele estava na escola [regular], [...] falaram que ele tinha que usar sapato. Porque a escola era igual pra todo mundo, né, e ele: “mas eu não tenho sapato”. Enfim, que a escola é igual pra todo mundo, que ele tinha que comprar sapato. E passado um tempo ele comprou o sapato e qual foi a fala da pessoa que incomodou ele quando ele estava com o chinelo? “Você não é índio? Então porque você está usando sapato?” Neste mundo de desigualdade, populações tradicionais têm sofrido muito, muito. (S., Q. Campinho, 2013)

### **SOBRE O CONTEXTO DE EXCLUSÃO E A BUSCA POR RECONHECIMENTO**

A abolição da escravatura no Brasil não significou a inclusão do segmento negro da população no rol da cidadania, uma vez que, ainda que libertos, estiveram excluídos



em função da chegada de europeus assalariados que adentraram o território brasileiro para trabalharem nas lavouras de café. Logo, o referido grupo terminou por formar bolsões de pobreza nas rebarbas das cidades, onde a economia circulava minimamente, para que restos pudessem ser jogados em seus pratos de sobrevivência. Desta forma, podemos dizer que os negros foram desterritorializados duas vezes – a primeira quando foram arrancados de seu território africano tomados como mercadoria, e a segunda quando foram arremessados à marginalidade, excluídos do novo eixo econômico no início do século XX. Até hoje continuam enfrentando o imaginário que repete as mesmas relações de poder estabelecidas no antigo regime de escravidão, estejam nas periferias das cidades ou nos quilombos – legitimados ou não.

O índio brasileiro também sofre, historicamente, movimentos contínuos de desterritorialização e aculturação. Seus espaços foram tomados pelos europeus, suas diferenças foram anuladas e, ainda que atualmente existem leis e programas que atentem para a situação do índio, tais medidas, na prática, pouco fazem pelos mesmos. No discurso indígena ainda se fazem presentes questões referentes ao preconceito que sofrem, à desvalorização de sua cultura, a falta de reconhecimento como povo que contribuiu para a formação da cultura brasileira, entre outros (Araújo et al, 2006).

Os direitos pelos quais lutam os povos indígenas são muitos e vão desde o direito à educação ao direito de assumirem suas terras. É importante notar que todas as lutas indígenas perpassam pela questão cultural uma vez que na medida em que lhes são tomadas suas terras, tomam-lhes o lugar onde buscam alimento através da caça, da pesca e do plantio, o contato com seus antepassados, enfim, seu modo de viver e suas crenças (Gomes, 2010). Tal agressão é resultado da intenção de inserir o índio em um contexto que obedece a um padrão cultural estabelecido por aqueles que se julgam superiores através de uma tentativa de aculturação, o que fazem sob o argumento da dominação do primitivismo em direção ao progresso.

Apesar das semelhanças na violência histórica sofrida pelos povos indígenas e negros no Brasil, também devemos lhes considerar as diferenças. As lutas de ambos, aqui entendidos como os negros em sua multiplicidade e os índios brasileiros em sua multiplicidade, configuram diferenças. Quanto aos enfrentamentos, podemos observar o negro brasileiro nas cidades lutando para integrarem-se à economia de mercado, saindo da invisibilidade e do subemprego; o negro quilombola na garantia de seu território; e o



índio na tentativa de demarcação de fronteiras, nem sempre buscando a integração, mas solicitando o respeito à sua cultura e modos de viver.

Toby Miller (2011), em “Cidadania Cultural”, escreve que os últimos duzentos anos da época moderna produziram três áreas de cidadania: 1) a cidadania política que trata dos direitos políticos como o de residir e votar; 2) a cidadania econômica que confere o direito de progredir e prosperar; e 3) a cidadania cultural que se refere ao direito ao conhecimento e à expressão, isto é, à representação cultural (Rawls *apud* Miller, 2011).

Porém, faz-se necessário ressaltar que determinados grupos encontram-se excluídos do espaço público de cidadania, em função do não reconhecimento e valorização de suas diferenças para o sentido da experiência humana. Essa experiência humana vem sendo ao longo da história simbolizada por um universalismo que insiste em afirmar a existência de um modelo ideal de representação de humanidade (Bento, 2002). E é assim que estamos compreendendo que sofrem índios e negros, moradores de periferia, em quilombos ou tribos.

Pode-se afirmar que o desafio atual da cidadania compreende a inclusão de grupos historicamente marginalizados no espaço cidadão. De acordo com Amorim (2011), reconhecer a identidade delimitada pelas diferenças envolve uma afirmação da dignidade e da autoestima de grupos excluídos do espaço público; semelhantemente, a busca por reconhecimento pode refletir não apenas uma aspiração pela dignidade individual, tal qual também descrita por Honneth (2003) como estima pessoal, mas também pelo reconhecimento de seu grupo, uma vez que a identidade remete à construção de pertencimento, um reconhecimento legal e social (Honneth, 2003).

## CONTEXTO METODOLÓGICO

Nesta perspectiva, partimos da hipótese de que índios e quilombolas possuem percepção da existência do não reconhecimento de seu grupo por parte da sociedade. Tanto essa percepção quanto a própria luta contra o não reconhecimento têm afetado suas vidas, limitando sua cidadania, enquanto indivíduos inseridos (porém não integrantes) em um contexto maior.

### 3.1 METODOLOGIA



### 3.1.1 NOSSO TRAJETO METODOLÓGICO E O CUIDADO FUNDAMENTAL NAS PESQUISAS EM COMUNIDADES

Compreendemos a cidadania como um conceito situado nas relações sociais, e tomamos como ponto de partida que o discurso singular também revela aspectos do grupo. Quando pressupomos que o particular revela o comunitário, pois o que pertence a ambas as esferas atravessaria qualquer discurso, entendemos que aquilo que pertence ao caldo de cultura sempre é revelado pelo que parece individual, isolado. Assim, entendemos como Carril (2006, p.25), já que em nossa pesquisa buscamos conceber “a presença da universalidade/particularidade nas relações sociais”, quando então estudamos a fração “procurando compreender o todo, pois nenhum processo social pode ser analisado separadamente, uma vez que traduz o sentido das relações sociais.” Ao contrário da generalização, entendemos que a vida da comunidade pode se revelar no discurso singular, quando as formas de expressão particulares lançam luz ao contexto.

Deste modo, propomo-nos a realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa já que nosso objetivo é iluminar os discursos expressos por comunidades quilombolas e indígena sobre a cidadania, fundamentando-nos no “reconhecimento da parcialidade de nosso conhecimento” o que se apresentaria como “o oposto da pesquisa objetiva” (Ekinsmyth, 2002, p.177 *apud* Kindon, 2003, p.150). Baseando-nos, então, na hipótese de que há um distanciamento das populações negra e indígena em relação ao ideal de cidadania construído pela sociedade eurocêntrica e que isto se daria em função das mesmas não corresponderem ao modelo branco estabelecido como ideal (Balieiro, 2012), e a partir do conhecimento de suas históricas experiências de desterritorialização e deslocamento, bem como dos enfrentamentos a este respeito tanto por índios como por quilombolas, supomos que questões associadas ao seu território poderiam constituir um recorte que nos levasse a compreender o contexto de cidadania para os entrevistados. Optamos pela coleta de dados através de entrevistas individuais, semiabertas, com moradores das três comunidades.

Nossos modos de registro das entrevistas foram a filmagem em vídeo através de celular (*Blackberry*) no Quilombo do Campinho da Independência e gravação em áudio no Quilombo do Carmo (via *celular Nokia*) e na Aldeia Krukutu (via *Ipod*). As técnicas de registro foram escolhidas com a intenção de posterior transcrição, e incluiu o consentimento dos participantes. Deu-se então uma pesquisa de caráter exploratório, com a abertura do tema para o próprio encaminhamento pelos entrevistados.



Quanto à nossa intencionalidade na pesquisa entendemos como Kohatsu (2005, p.98) que “o lugar que os participantes ocupam na pesquisa não é daquele de mero espectador passivo, tampouco o lugar dos protagonistas exclusivos, mas o lugar de parceiros, como aqueles que apontam ao pesquisador para o que é mais significativo na realidade vivida por eles.” Deparamo-nos então com o caráter duplo de nossa pesquisa – uma intencionalidade que partiu da hipótese do distanciamento de tais populações do ideal de cidadania e, ao mesmo tempo, com a intenção (fenomenológica) de compreender o discurso dentro do contexto onde vivem os pesquisados sem categorias *a priori*, o que também se revela quando optamos pelo encaminhamento da entrevista semiaberta pelo sujeito entrevistado, para realizarmos a reflexão e interpretação somente *a posteriori* do que se manifestasse. Buscamos nos ancorar na modalidade de pesquisa de cunho etnográfico para a investigação de campo, entendida como “descrição cultural”, o que permite dar ênfase aos significados dados pelos sujeitos às suas vivências.

### 3.1.2 OS CAMPOS DA PESQUISA

A **Aldeia Krukutu** está localizada na região de Parelheiros, a cerca de duas horas do centro de São Paulo. A aldeia conta com 2,9 hectares e encontra-se em processo de expansão há 15 anos. Atualmente, moram na aldeia cerca de 300 habitantes (25 famílias) e o local oferece visitas monitoradas a turistas e a grupos escolares.

O **Quilombo do Carmo** encontra-se a 60 quilômetros de São Paulo, na cidade de São Roque, possuindo cerca de 700 habitantes, em 6,6 alqueires. O quilombo encontra-se em processo de reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombola, sendo muitas vezes referenciado pelos demais moradores da cidade como “Bairro do Carmo”.

O **Quilombo do Campinho da Independência**, localizado a aproximadamente 10 quilômetros da cidade de Paraty – RJ, recebeu a titulação da terra em 1999. Possui 287 hectares de terra e cerca de 500 habitantes.

A equipe de pesquisadores foi dividida para realizar as entrevistas, de forma que uma pesquisadora se dirigiu para o Quilombo do Campinho da Independência, outra pesquisadora para o Quilombo do Carmo e dois pesquisadores para a Aldeia Krukutu.

### 3.1.3 A PESQUISA



O critério para a escolha dos participantes da pesquisa foi aleatório e os sujeitos de nossa pesquisa, foram os primeiros que concordassem em participar. No total foram 12 entrevistados, perguntamos a algumas pessoas, assim que chegávamos aos locais, se poderiam responder á algumas perguntas para uma pesquisa que estávamos realizando sobre cidadania.

Descrevemos brevemente agora as características de nossa amostra, num total de 12 entrevistados:

No **Quilombo do Campinho da Independência** participaram randomicamente sete entrevistados na faixa etária entre 20 a 40 anos de idade: duas mulheres e cinco homens. As entrevistas foram realizadas num restaurante que ajuda na sustentabilidade da comunidade. Lá é também um ponto de encontro para a comunidade.

No **Quilombo do Carmo** foram entrevistadas em convite espontâneo três pessoas, duas mulheres e um homem, com faixa etária entre 27 e 50 anos. As entrevistas foram realizadas no salão da Igreja Católica, local no qual ocorrem as reuniões da Associação de Moradores do Quilombo do Carmo.

Na **Aldeia Krukutu** foram realizadas duas entrevistas – uma em relação a cada um dos entrevistadores. A amostra foi composta por um homem e uma mulher, (O., 47; K., 17 anos, respectivamente). As entrevistas foram feitas na própria aldeia Krukutu (mediante agendamento com O.via *email*) em um salão onde ocorrem reuniões do grupo da aldeia.

### 3.2 PROCESSO DE ANÁLISE

A partir de entrevistas semiestruturadas, abertas, propusemos abrir o leque das várias compreensões e interpretações possíveis sobre cidadania. Tendo em mãos o material coletado, as entrevistas passaram pelo processo de transcrição, criando o *Corpus* de nosso trabalho inicial de análise.

Os discursos compunham diversas mensagens, latentes e manifestas. A partir disto entendemos que a análise textual discursiva conforme descrita por Moraes (2003), permitiria, como abordagem de análise, observar numa mesma fala contextos diferentes, múltiplos, e por vezes ambivalentes possibilidades de compreensão (Neumann, 2008). Com a intenção de tomar as falas em categorias cujos discursos não pertencessem de modo exclusivo a uma só, entendemos que tal abordagem nos permitiria refletir sobre a



abrangência polissêmica dos conteúdos e fazer aflorar múltiplas categorias, não excludentes. Segundo Moraes, “diferentes sentidos podem ser lidos em um mesmo texto” (2003, p.193).

Quando sobre as transcrições de todas as entrevistas realizamos a inserção de comentários, realizamos a unitarização a partir do ícone Revisão/Comentários do programa Word da Microsoft, criando nestes balões ‘*brainstormings*’, o que compreendemos como o processo de desmontagem do *Corpus*, realizando, assim, uma fragmentação do texto.

A escuta e leitura cuidadosa e repetida nos permitiu dar seguimento ao levantamento de temas, inicialmente como temas fundamentais, quando a entrevista em seu conjunto era analisada e também o encaminhamento da questão da cidadania pelo entrevistado. Segundo Moraes, “o estabelecimento de novas relações entre os elementos unitários de base possibilita a construção de uma nova ordem, representando uma nova compreensão em relação aos fenômenos investigados” (2003, p. 196).

Foi a partir da grande variedade de temas emergentes que acabamos por sintetizar os discursos nas categorias que se seguem. As categorias emergentes, em parcerias, foram os modos de abranger o caráter variável dos discursos – já que por vezes um discurso que se afirma também se nega. O mesmo discurso ilumina outras parcerias de análise também, como configurações que se intersectam.

As categorias surgiram a partir do exercício do método indutivo, quando os aspectos reflexivos e interpretativos dos pesquisadores tiveram sua “base nas informações contidas no *corpus*” para formação de categorias *a posteriori* (Moraes, 2003, p.197). Cabe, no entanto, dizer que muito de intuição fez permitir a emergência das categorias, a partir da impregnação. Procurando evitar a exclusão mútua, e criando metatextos, encontramos fundamentação na literatura tornando as categorias “argumentos aglutinadores” (Moraes, 2003, p. 203), realizando a descrição da análise textual qualitativa e sua interpretação, teorizando e efetuando a triangulação dos dados com a observação, análise dos dados e literatura para fundamentar nossa análise. Assim, seguem as categorias de análise.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias em parcerias emergiram a partir do processo descrito na metodologia e seguem iluminadas por alguma bibliografia. As duas primeiras categorias



referentes à igualdade e busca por direitos pertencem a um primeiro grupo que compõe a noção de ideal e de direitos ideais e revela as contradições da noção de igualdade.

A terceira e quarta categorias acabaram por contornar, dentro do contexto econômico e político em que nos encontramos, a luta contemporânea pela territorialidade e identidade a partir da própria comunidade, a afirmação pela diferença e suas contradições com a noção de igualdade de direitos, o que podemos entender como um segundo grupo.

Um terceiro grupo compõe a quinta e sexta categorias, que tratam da questão das oposições e objeções que observam em ambientes fora de suas comunidades, o que levou à revelação de discriminação, preconceito e racismo sofridos, bem como de valores que preservam, de ordem moral, estética e aspectos éticos.

Uma eventual sétima categoria não será apresentada aqui, mas comporia temas diversos que também seriam significativos para serem analisados, porém necessitariam uma abordagem mais particularizada, individualizada dos discursos que deveriam ser melhor investigados. São temas que incluem a vontade de projeção pessoal, de autoafirmação, e outras sentenças por vezes muito subjetivas ou muito amplas, tais como “Eu quero crescer.” (Q. do Carmo); “Cidadão é um sujeito que não rouba” (Q. Campinho); “Ser cidadão são pessoas que vivem no meio da sociedade do melhor jeito possível.” (Q. Campinho)

Os campos de estudo que mencionamos em cada categoria referem-se ao que mais encontramos nas indexações ou que nos permitiram iluminar o fenômeno, sem intenção de serem excludentes, generalizantes ou superficiais.

#### 4.1 CIDADANIA E IGUALDADE

*Não, na verdade não é diferente [ser cidadão aqui e em outro lugar] - é a mesma coisa. O cidadão ele é em todos os lugares, o comportamento aqui é o mesmo na cidade.*  
(S., Q. Campinho)

*É uma pessoa ciente dos seus deveres e direitos, é um cidadão informado, que sabendo dos seus direitos ele vai poder cobrar, dentro da medida do possível, e o que é dever ele vai tentar cumprir, né? (Ro., Q. Campinho)*

*Cidadania é a gente primeiro ser livre, né? Ser livre pra pensar, livre pra falar, e ser respeitado. Tem que ter união entre as pessoas isso é ser cidadão. (K., A. Krukutu)*



Nesta categoria compreendem-se os direitos a se receber e os deveres a serem cumpridos; é a compreensão da cidadania como algo que unifica a todos. Nesta fala, encontrada em quase todas as entrevistas, encontramos o ideal de democracia, o que nos permite constatar sobre o quanto estamos distantes do modelo de cidadania. A partir do termo igualdade revelam-se as contradições entre o discurso sobre a realidade e a diferente realidade econômica e política, além da importância do reconhecimento jurídico e de conquista política a partir de leis. Uma categoria mais generalista, como é entendida no senso comum - é o ideal de igualdade, como na democracia.

Grande parte do cenário bibliográfico sobre cidadania encontrado compõe esta abordagem do tema. A maioria faz uma construção histórica do Brasil cujo olhar parece de “fora da cultura brasileira”, isto é, ao mesmo tempo em que descreve o que precisa se construir para alcances fundamentais pelo povo brasileiro em todas as instâncias, também acaba por reforçar a ideia de seu distanciamento apontando modelos, por vezes internacionais, estabelecidos para o tema (Carvalho, 2010; Pinsky, 2010). Em relação a modelos históricos e econômicos de primeiro mundo observamos que a cidadania brasileira termina julgada pelo negativo. Constatamos que o Brasil não vem produzindo a cidadania que deveria para todos e cuja corrida para alcance do modelo tende a expressar a condição de desigualdade, o que teoricamente pode incorrer no risco do povo brasileiro reproduzir discursos contra si mesmo. Este apelo da igualdade para todos reflete em diversas interpretações possíveis, quando o entrevistado se reconhece como um ser humano e ser de direitos; é também um apelo a sentir-se incluído no senso comum, pois na medida em que alguém se reconhece como igual, alivia-se da angústia do conflito de perceber-se diferente. Esta abordagem é muito encontrada nos estudos históricos e do campo do direito.

#### **4.2 CIDADANIA E ACESSO ÀS POLÍTICAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS**

*O mau cidadão... o comportamento dele é devido à falta de oportunidade [de ter uma boa educação, boa saúde, de emprego e garantia de querer ser o que for (S., Q. Campinho).*

*Cidadão bom é aquele que corre atrás de tudo para você ter casa, um emprego melhor, um carro para você ter uma vida melhor. (T., Q. Campinho).*



*Aí a gente foi [pra São Paulo] tipo assim pra arrumar um emprego e meio que melhorar de vida [...] Mas aí o que a gente encontrou é que a vida lá é muito mais difícil do que aqui. (R., Q. Campinho).*

*Porque quando eles foram fazer faculdade, então não tem emprego na aldeia. Então como ele vai sobreviver? E ele começa a seguir a rima do branco; a escola tupi guarani não tem a base já que é diferenciada não tem a base lá dos de fora né, já que não tem muitas pessoas que vão pra faculdade, né? Mas eu queria que a gente tivesse um ensino mais adequado [...]. A gente não tem a base do ensino aí vem aqui na escola na ensino médio e vê essas coisas e aí a gente não consegue fazer a metéria e aí a gente não fica preparado, isso faz com que a gente fica meio excluído. (O. A. Krukutu)*

Esta categoria também se intersecta com a anterior quando pleiteia a igualdade de acesso. Compreende os contextos locais de inclusão em que algumas políticas têm surgido para dar conforto paliativo. Nesta categoria se revela a cidadania associada ao acesso à educação e à escola, ao conhecimento, à saúde, ao emprego e à empregabilidade, ao transporte, a perspectivas de vida, ao consumo de bens e serviços, bem como as dificuldades e as lutas para essa inclusão econômica e material. Inclui ainda a inclusão ao campo de oportunidades.

Paul Singer (2010) relata a história dos direitos sociais a partir do trabalho e compreende que “a crise dos direitos sociais demonstra que a vigência deles depende do pleno emprego e do crescimento da economia” e que a luta “por direitos sociais se resume hoje à luta pela retomada do crescimento, que equivale à luta contra a hegemonia neoliberal, imposta pelo capital financeiro a toda a sociedade”. Salienta que antes uma questão do Estado, “agora é a própria sociedade civil que se torna protagonista da solução dos problemas que os direitos sociais pretendiam prevenir” (p.260).

Há uma solicitação premente para se participar da dinâmica dos direitos fundamentais, o que claramente abriria as oportunidades para uma mudança de estatuto da cidadania. “Consumir” uma boa educação, espaços de saúde, representaria o direito de acesso a estes espaços que veiculariam uma transformação genuína. Este consumo como direito de acesso ao fundamental representaria a construção da cidadania.

Entretanto, diante das portas fechadas para o acesso a estes direitos, e considerando que a sociedade é pautada pelo consumo, os jovens que não possuem



recursos para consumir são discriminados, por isso “a desvalorização de espaços de reconhecimento, aliada às exigências da sociedade de consumo, faz com que a compra de objetos seja uma das poucas alternativas oferecidas a esses jovens” (Cortez & Silva, 2011, p.141). Entender a cidadania como o acesso a compras de objetos, que faz principalmente o jovem imaginar-se inserido ao rol da cidadania, seria o simulacro de pertencimento cidadão.

### 4.3 CIDADANIA E TERRITORIALIDADE

*Aqui, na realidade, você vê, se você quiser comer uma banana, por exemplo, você vai na roça, [...] você quer comer uma farinha você planta um aipim, [...] tipo, a água a gente não paga, aí tipo tem essa coisa. (R., Q. Campinho).*

*Aí seria meio complicado, porque [...] lá já tem uma história; [...] eu estaria voltando pra cá todo final de semana, por que você cria raízes no lugar que se ama.(Q. Carmo)*

*Aconchego de cada um... o calor humano... acho que o valor mesmo que você tem que você sabe que houve uma luta que você sabe que seu antepassado lutaram por isso, e eu acho que esse é um motivo que faça que você valorize e faça com que você não queira sair daqui [...], então eu acho que não vale a pena você sair daqui e entregar de bandeja então. (R., Q. Campinho).*

*Então tudo essa floresta aqui é pra ser demarcada e daí a gente vai ter as brigas, porque toda demarcação tem briga.(O., A. Krukutu)*

*Como é que eles pode ser dono dessa terra se eu cheguei antes deles? Essa é a visão das pessoas, né? Mas daí a Funai faz um laudo antropológico [...]. [o índio] tá aqui [no Brasil] há dez mil anos. E é assim que funciona o laudo antropológico. (O., A. Krukutu)*

Esta categoria compreende menções à terra, entendido como valorização do local pela formação de raízes e pelas lutas empreendidas, modos de vida e de entender o seu espaço e entorno como um local seguro onde podem transitar. Fazem menções de saídas do local somente temporariamente. A noção de territorialidade contribui para a compreensão do sentimento que os liga às raízes, à comunidade, quase de forma inseparável, o que contribui para a reflexão das relações dialéticas entre comunidade, território e relações sociais que nela se engendram.



Carril (2006, p. 29), escreve que “a constituição do território brasileiro foi [...] subordinada aos interesses da expansão/mundialização do capital, fornecendo as bases para a sua territorialização”. Compreende o território “também sob um prisma subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas representações e relações.” Entende por consequência que “a desterritorialização significa o rompimento dessas condições” (Carril, 2006, p.28).

De acordo com Ratts (2012), a experiência dos grupos humanos perpassa a apropriação de espaços para a constituição de territórios, delimitados por áreas tradicionais bem como regiões de migração. Dessa forma, frente à hostilidade apresentada pela sociedade em relação a quilombolas e índios ao longo da história, pode-se inferir que o sentimento de pertença cidadã desses grupos se apresente demarcado nos limites dos territórios nos quais habitam.

#### 4.4. CIDADANIA E HISTÓRIA GERACIONAL E LOCAL, VÍNCULOS AFETIVOS COM FAMILIARES E A COMUNIDADE

*Aqui você conhece todo mundo [...] já acostumei com isso aqui! [tem] liberdade, né, aqui a gente opina, a gente brinca aqui. (Ro., Q. Campinho).*

*Aqui nós vivemos e... nós ouvimos um ao outro. Eu acho que é isso: ouvir o outro, se preocupar com o outro. Faz toda a diferença. (Ro, Q. Campinho)*

*No quilombo você é um cidadão, você é tipo um corpo, seu vizinho está sofrendo você está sofrendo também, é meio que assim. (R. Q. Campinho)*

*Tipo o arroz eu posso ir no vizinho do lado [...], na mesma forma quando ele precisar ele pede comigo - tem essa coisa de troca ainda, né. (R., Q. Campinho).*

*Alguém da comunidade se apresentou falando de uma ave que tinha o pescoço virado para trás. [...] às vezes mesmo que ela esteja voando ela olha para trás. Porque olhando para trás na verdade você consegue atingir o objetivo que você quer. E eu vejo que a única forma mesmo das pessoas conseguirem se superar eu acho que é voltando pra sua história, pros seus conceitos da sua identidade. (S., Q. Campinho)*

*Então pra nós tudo é importante. Todo mundo aqui, por mais que você sabe ler nem escrever, essa pessoa é importante, porque é uma pessoa que tem muita história no passado e na sociedade. Aqui é todo mundo unido. (K., A. Krukutu)*



Esta categoria entrelaça-se com a anterior. Abrange os discursos que falam de seus vínculos afetivos com familiares, com o grupo e a comunidade. Revelam aspectos dessas relações, o valor atribuído ao convívio, à aceitação, o respeito ao outro, à coletividade. As falas ressaltam a importância dada à identificação com a ancestralidade, o sentimento de pertencimento, familiaridade, conforto e acolhimento; relatam lutas coletivas, experiências compartilhadas, segurança contra a violência. Expressam resistência contra a aculturação, a importância do reconhecimento da história do local. Carril (2005) esclarece que:

a identificação de quilombo rural foi sendo elaborada sobre o passado comum dos grupos e construída em situação de conflito e ameaça à sua sobrevivência. A autoidentificação se fez com base no vínculo com a terra, na memória e nas tradições. O território configurou-se materialização da etnia e do direito à terra, o que diz respeito à categoria identidade. Ou seja, a vivência em um local permite aos seus moradores uma ligação e um sentimento de pertencimento a um grupo e a uma base física e simbólica. (p.24)

#### **4.5 CIDADANIA E AS OPOSIÇÕES E OBJEÇÕES PARA O QUE “É DE FORA” OU “VEM DE FORA” OU O MODO DE VIVER “FORA DA COMUNIDADE”. PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES.**

*Antigamente o preconceito, a discriminação era muito direta e eu [...] me preocupo muito porque hoje ela é de forma indireta. E a grande maioria delas [das pessoas] faz isso diariamente e elas não conseguem perceber o quanto isso faz mal para o outro, entendeu? (S., Q. Campinho)*

*Este mundo tem sido muito injusto, na verdade existe um mundo muito desleal e desigual [...] às vezes você luta contra um pessoal, você tá com uma faquinha e do outro lado tem um pessoal com um tanque de guerra, né, e nessa briga aí infelizmente os menos favorecidos têm sido prejudicados. (S., Q. Campinho)*

*As pessoas ‘aceitam’ o quilombola um cidadão [...] o racismo traduz esse processo histórico de exclusão num passado recente. (V., Q. Campinho)*

*Aquele homem não está fazendo cocô na praça? [...] na maior caruda. (Ro., Q. Campinho)*

*Tipo lá [na cidade] é meio que cada um por si [...] mesmo e ir à luta. (R., Q. Campinho)*

*A gente parece que no mundo dos outros e a gente parece que não é nenhum cidadão. (K., Q. Campinho)*



*A sociedade em geral sempre pisa na gente. É preconceito. (O., A. Krukutu)*

*A sociedade vê o índio como atrasado. Então tem um preconceito contra o índio. E quando o índio entra naquele sistema que o branco vive, daí tem outro... daí sobra o outro preconceito... Daí ele fala assim: “Ah, mas esse aí não é mais índio”. Então índio não é ninguém pro branco. (O., A. Krukutu)*

*É uma prisão. Daí depois quando você sai, você pensa que tá livre, não tá. Porque daí tem os bandido na cidade, né? Você não pode abrir janela... Então aqui a gente vive uma liberdade. (O., A. Krukutu)*

*Na cidade as crianças vivem presas. Então pra você achar que a criança tá livre, você compra uma televisão pra jogar videogame. (O., A. Krukutu)*

*E a cidade as pessoas têm que seguir uma linha que tudo é pago pra ser feliz, né? Então aqui não. [...] Na cidade você tem que comprar a brincadeira pra eles. Então eu sou feliz na aldeia. (O., A. Krukutu)*

Nesta categoria encontramos aspectos que pertencem ao “estrangeiro” (o branco, a cidade), as vivências do contato com a cidade, desacertos e desencontros. Discordam do individualismo (que apontam como a maior diferença em relação à sua vida comunitária), relatam suas dificuldades de adaptação e convívio na cidade, as experiências marcadas por sofrimentos e humilhações, formas de violência, as faces da discriminação, do preconceito, do racismo, desprezo, hostilidade, injustiça, desigualdade. Apontam dificuldade de competir e concorrer. Por vezes emitem juízos estéticos mais do que juízos de valor. Para iluminar esta categoria podemos encontrar bibliografia de diversos campos como psicanálise, geografia humana, sociologia, filosofia e também do campo da psicologia social.

Podemos perceber que as políticas de branqueamento no país, em passado recente pós-escavidão, bem como a democracia racial, que juntamente com noções de igualdade acabaram por esvaziar a importância da constituição da identidade negra, promoveram uma suposta integração na sociedade brasileira, o que não eliminou o preconceito dispensado a esses grupos por se encontrarem distantes do modelo de humanidade eurocêntrico.

Santos (2005) nos esclarece que “os preconceitos são assimilados no contexto sócio-histórico” e que “o preconceito é um juízo provisório, que permanece inabalado mesmo quando refutado pela ciência e contra qualquer argumento da razão com o



objetivo de provocar um tipo de integração social em uma dada sociedade” (Heller, 2000, p. 47 *apud* Santos, 2005).

Nakashima, pensando os índios, nos faz compreender os fundamentos do preconceito a partir dos estereótipos, sendo estes como “marcas e qualificações [...] atribuídas aos indivíduos, tornando-se fixas e inalteráveis ao longo do tempo e, assim, fazendo parte do senso comum. Desse modo, os estereótipos fornecem as bases e os argumentos aos preconceitos.” (2011, p.210)

A discriminação pode ser provocada por preconceito e por interesse, segundo Bento, quando “o desejo de manter o próprio privilégio branco [...] combinado ou não com um sentimento de rejeição aos negros, pode gerar discriminação” (2009, p.28). Sugere pensarmos que “o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio” (Bento, 2009, p.35).

Quanto à noção de individualismo nos discursos dos entrevistados, o que aparece como oposição à sua vida comunitária, encontramos em Garcia e Coutinho (2004) a discussão deste fenômeno em associação com o desamparo das doenças atuais encontradas na clínica psicanalítica. Consideram que o desamparo “[...] é efeito de uma pulverização das referências identitárias na cultura contemporânea, exacerbada pela busca constante de um prazer sem restrições que se consolidou ao longo da instauração do individualismo” (p.125).

E assim concluímos com a fala de um de nossos entrevistados:

*Então o povo pensa que a gente tá passando mal. Não tamo passando mal. Quem tá passando mal é vocês, porque vocês tão pensando mal da gente sem saber que nós tamo passando bem. (O., Aldeia Krukutu).*

#### **4.6 CIDADÃO BOM E CIDADÃO MAU, VIRTUDES E DESVIRTUDES, VALORES DA PRÓPRIA CULTURA, SEUS RITUAIS, NOÇÕES DE LIBERDADE, ÉTICA**

*Bom cidadão é [um trabalhador] e quem estuda e quer algo melhor; bom cidadão é o indivíduo [...] que contribui com o desenvolvimento da sociedade [...] e não traz dano nenhum à sociedade; cidadão bom é aquele*



*que corre atrás; mau cidadão são esses que estão na vida da droga [...] é aquele que mata, que rouba; mau cidadão é aquela pessoa que não cuida nem do seu lugar, né?; o mau cidadão... o comportamento dele é devido à falta de oportunidade mas o indivíduo por si só não é mau cidadão. (diversos discursos, Q. Campinho)*

*[Ser cidadão é] participar de todas as coisas que tem como rituais aqui. [...] Cada um tem a sua opinião e pode expressar livremente. (K., A. Krukutu)*

*Nós vivemos no mundo na verdade que ele não é somente físico, nosso mundo ele é material e ele também é espiritual, e eu vejo que no mundo espiritual existe o bem e o mal. (S., Q. Campinho)*

*A gente tem a casa de reza, tem os rituais à noite, e o pajé faz as cura. O pajé que faz as cura. E depois o pajé indica um médico. O pajé faz as cura milagrosa indígena também, né? (O., A. Krukutu)*

*Então o cidadão tem que viver livre mesmo. Mentalmente e espiritualmente. (O., A. Krukutu)*

Nestas falas entendemos que os discursos acabam por revelar valores que sustentam sua compreensão de virtudes e desvirtudes, valores culturais compartilhados pelo grupo, aspectos morais, religiosos e éticos. Expressam objetivos e concepções sobre a vida, felicidade, liberdade, de solicitação por respeito pelo seu modo de viver e de seu grupo, representações subjetivas. Para iluminar esta categoria encontramos literatura dos mesmos campos da categoria anterior.

Nakashima (2011, p. 210), acerca da cultura indígena, escreve que

a cultura de cada povo é capaz de traduzir seus construtos conceituais, sistemas simbólicos, valores, crenças, pautas de comportamentos e outros. É por meio dela que os indivíduos podem estabelecer a sua inclusão em grupos sociais e, assim, manter uma teia de solidariedade que assegure a continuidade dos grupos.

A partir da solicitação por respeito aos costumes e culturas das comunidades pesquisadas, entendemos que, como ponto de partida para mudanças nos aspectos de discriminação racial e de classe para manutenção de privilégios, a questão ética poderia abrir a reflexão. Segundo Chauí (2013), “a ideia de inclusão social não é suficiente para derrubar [...] estrutura social e a polarização carência/privilégio. A polarização só pode ser enfrentada se o racismo e o privilégio de classe forem enfrentados”. Dentre as ações políticas propõe



[...] uma política de cidadania cultural que comece pela educação e alcance o conjunto das artes de maneira a desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e a sua difusão, e quebrando a sua conservação por meio da classe média.

Nas populações pesquisadas, entendemos que a solicitação pelo reconhecimento das particularidades de suas comunidades não só lhes encaminharia à igualdade procurada no âmbito jurídico. Suas expressões culturais e artísticas buscam a escuta de uma reconstrução efetuada por seu povo e de manutenção dos laços e valores ancestrais que buscam expressões. Entendendo suas expressões culturais como clamores de inserção por legitimação, indagamo-nos se sua inserção através do terceiro setor, em programas assistencialistas e solidários, em celebrações festivas concentradas em datas comemorativas, carregadas da forma ornamental e alegórica, lhes garantiria um estatuto de cidadania. Temos compreendido que tal pseudoinserção tem lhes reiterado o status quo de periféricos.

Quem sabe questões de ética, respeito à cultura e cidadania cultural possa levar ao reconhecimento conforme proposto por Honneth (2003), pondo fim ao desrespeito e ao rebaixamento ou ofensa, restituindo a auto-confiança psíquica e auto-respeito moral de todos os povos em vexação. (pp. 213, 214)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa exploratória, no que tange à semelhança dos discursos dos grupos, acabou por revelar solicitação pela igualdade, pelo reconhecimento e pela aceitação das diferenças; consciência dos direitos que querem alcançar e os enfrentamentos cotidianos na busca dos mais fundamentais, como educação, por exemplo; forte ligação afetiva dos entrevistados com sua comunidade e territorialidade, quando se percebem na intersecção da horizontalidade das relações comunitárias e verticalidade do enraizamento à terra. Ainda, revelam cenas de preconceitos e discriminações que lhes causam muita dor e a solicitação de respeito à sua cor, costumes, cultura, apresentando objeções ao modo de vida na ‘cidade’, essencialmente ‘individualista’, em oposição ao seu modo comunitário de viver. Há em cada entrevistado as questões prementes do próprio grupo em que se encontram, quando revelaram no âmbito microaspectos do macro, que os integra pela exclusão. Ainda assim revelam suas particularidades de grupo.



Quanto à bibliografia sobre o tema, pudemos perceber que modelos e reflexões que referem-se ao Brasil com sua cidadania ‘atrasada’ reforçam a autodiscriminação, cuidado essencial para os pensadores brasileiros importando discursos. O acesso a direitos fundamentais compõe a luta legal democrática, vital para a cidadania, reconhecido nos discursos e nas bibliografias. No campo social, leitura de base acerca da territorialidade e seu entrecruzamento com as questões comunitárias permitem compreender a noção de identidade dos povos. Os ferimentos no âmbito pessoal têm compreendido a principal dor de desvalorização de comunidades inteiras.

A luta pela inclusão dos quilombolas e indígenas no rol da cidadania é histórica e remete aos tempos da “invasão do Brasil”. E, ainda que haja três áreas de cidadania (Honneth, 2003; Miller, 2011) que procuram abranger os planos onde tais populações foram discriminadas (social-cultural, pessoal, legal) os discursos apresentam contradições e revelam principalmente que essas comunidades se sentem feridas e excluídas de muitos âmbitos, parecendo ultrapassá-los. Os quilombolas e indígenas continuam a lutar – por vezes literalmente – por seus direitos a fim de que a sociedade e o governo os reconheçam como cidadãos, “como gente que são” (Jekupé, 2002). São movimentos de resistência e luta na esperança de conquistas fundamentais.

As categorias emergidas acabaram por encontrar eco em importante literatura que nos ajudou a compreender as categorias resultantes. Quanto às considerações sobre a pesquisa em campo, entendemos que a abertura oferecida ao entrevistado para que encaminhasse as respostas acabou por tornar sua análise dificultada pela amplitude. Desta forma, um maior enquadre das questões poderia ter facilitado nosso processo de análise dos discursos – o espectro estava muito aberto, mas cuja satisfação dos pesquisadores se encontra protagonizando as falas. Deste modo, entendemos que as técnicas utilizadas e a abordagem textual discursiva para análise corresponderam à nossa busca pela “cidadania acadêmica” na realização de nossa pesquisa que também buscou o respeito aos seres humanos pesquisados.

Recomendamos continuidade para a presente pesquisa, seja realizando outras formas de análise do próprio conteúdo já levantado, seja estendendo-a nas mesmas comunidades com outros grupos ou ainda com outras comunidades, o que poderia fazer emergir novas categorias de análise com ênfase em diferentes perspectivas (ou reforçar as já encontradas). Ainda, observar-lhe as particularidades.



A igualdade no que se refere ao tratamento destas populações na esteira da cidadania somente será alcançada se houver, de fato, respeito pelo outro, através do olhar despretenso, sem preconceito e sem arrogância. Por isso, a importância de ampliarmos a compreensão do conceito de cidadania através da busca ética de começarmos a considerar suas vozes que revelam sofrimento histórico continuado, na procura do exercício da democracia.

E, assim, abrimos a seguinte reflexão: Por que insistimos em negar nossa formação multicultural, nos autodesvalorizando e realizando uma sabotagem étnica, histórica, moral e ética? Poderíamos partir da problematização dos temas de igualdade, desigualdade, diferença e unidade, para que reflexões em vários âmbitos possam produzir novos contextos de compreensão para o tema? Segundo Chauí (2013), há a importância da implementação de uma política de cidadania cultural que comece pela educação e alcance o conjunto das artes de maneira a desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e a sua difusão, quebrando a sua conservação por meio da classe média. Conseguiríamos pensar em estratégias e práticas para pararmos de reproduzir nosso comportamento de exclusão do outro e de nós mesmos?

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Ana Maria Martins. Multiculturalismo e etnicidade: os quilombolas e a construção da cidadania no Brasil contemporâneo. *Universitas humanas*. Brasília: UNICEUB. Vol. 8. n. 1, Jan/Jun 2011. 24 p.

ARAÚJO, Ana Valéria; WAPIXANA, Joênia Batista de Carvalho; PANKARARU, P. C. de O.; KAINANG, Lúcia Fernanda Joféj; GUARANY, Vilmar Martins Moura; ANAYA, S. James. *Povos indígenas e a lei dos "brancos": o direito à diferença*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Diferenças, sociedade e a escola. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLI, Érica Aparecida Kawakami; MADEIRA, Thaís Fernanda Leite. *Relações étnico-raciais: um percurso para educadores*. Vol. 1. p.359-368. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida da Silva. (orgs.) *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006. 258 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010. 236 p



- CHAUÍ, Marilena. Representação Política e Enfrentamento ao Racismo, Seminário Temático. *Preparações para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - III CONAPIR*. Salvador, Bahia, 19/04/2013. Disponível em <http://www.geledes.org.br/em-debate/columnistas/19207-representacao-politica-e-enfrentamento-ao-racismo-prof-marilena-chau>. Acessado em 22 de junho de 2013.
- EKINSMYTH, Carol. Feminist methodology. In Schurmer-Smith, P. (ed.) *Doing Cultural Geography*. London: Sage. 2002. 177-185 *apud* KINDON, 2003.
- FILHO, Cyro de Barros Rezende; NETO, Isnard de Albuquerque Câmara. *A evolução do conceito de cidadania*. Departamento de Ciências Sociais e Letras, Univ.Taubaté, 2001. 6 p.
- GARCIA, Claudia; COUTINHO, Luciana. Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psyche* (São Paulo), vol. 8, n. 13, Jun.2004, p.125-140. ISSN 1415-1138.
- GOMES, Mércio Pereira. O Caminho Brasileiro para a Cidadania Indígena. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *História da Cidadania*, São Paulo: Contexto: 2010.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972 *apud* SANTOS, G., 2005. 121 p.
- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34: 2003. 296 p.
- JEKUPÉ, Olivio. *Xerekó Arandu: a morte de Kretã*. São Paulo: Petrópolis: 2002. 52 p.
- KINDON, Sara. *Participatory video in geographic research: a feminist practice of looking?* v. 35, I. 2, Area 35 (2) 2003. p. 142–153
- KOHATSU, Lineu Norio. *Do lado de fora da escola especial: histórias vividas no bairro e contadas por ex-alunos por meio do vídeo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. 291 p.
- MILLER, Toby. Cidadania cultural. *Matrizes*. São Paulo, ano 4, n. 2. jan/jul. 2011, p. 57-74. Disponível em: [www.tobymiller.org/images/espagnol/cidadaniacultural.pdf](http://www.tobymiller.org/images/espagnol/cidadaniacultural.pdf). Acessado em: 04 de junho de 2013.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Revista Ciência & Educação*, v. 9, n.2, 2003, p.191-211.
- NAKASHIMA, Edson Yukio. Discriminação e Preconceito: a sombra do “olhar branco” sobre o “olhar para si” dos alunos indígenas Pankararu na escola pública. In: AMARAL, Monica do; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (orgs.) *Educação Pública nas Metrópoles Brasileiras*. Jundiaí: SP. Paco Editorial; São Paulo: Edusp, 2011.
- NEUMANN, Iver B. Discourse analysis. In: Klotz, Audie & Prakash, Deepa (Eds.), *Qualitative research in international relations: a Pluralist Guide*. Palgrave Macmillan. 2008, Capítulo 5, pp. 61-77.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *História da Cidadania*, São Paulo: Contexto: 2010.
- RATTS, Alecsandro José Prudêncio. A face quilombola do Brasil. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLI, Érica Aparecida Kawakami; MADEIRA, Thaís Fernanda Leite (orgs.) *Relações étnico-raciais: um percurso para educadores*. Vol. 2. São Carlos: EdUFSCar: 2012.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press: 1971, 607 p. *apud* MILLER, 2011.
- SANTOS, Gevanilda. A cultura política da negação do racismo institucional. In: SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira da. *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 2005.



SINGER, Paul. A cidadania para todos. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *História da Cidadania*, São Paulo: Contexto: 2010.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de; SILVA, Paula Nascimento. Juventude, Consumismo e Preconceito. *In*: AMARAL, Monica do; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (orgs.) *Educação Pública nas Metrôpoles Brasileiras*. Jundiaí: SP. Paco Editorial; São Paulo: Edusp, 2011.

*Recebido em setembro de 2014*

*Aprovado em janeiro de 2015*